BARCELOS
(Areias de Vilar)

Areias de Vilar foi uma freguesia do concelho de Barcelos, distrito de Braga. Extinta em 2013, atualmente faz parte de uma nova freguesia intitulada União das Freguesias de Areias de Vilar e Encourados. O mosteiro de São Salvador de Vilar de Frades dista cerca de 7,5 km da sede de concelho. Para chegar ao mosteiro sair de Barcelos pela avenida Sidónio Pais e tomar a estrada N306. Na rotunda seguir em direção a Braga/A11, passar a ponte sobre o rio Cávado e depois seguir pela estrada M556. Andar cerca de 2,5 km e na rotunda seguir pela segunda saída em direção à estrada CM1094. Cerca de 2 km à frente continuar pela estrada M558 seguindo as indicações para o mosteiro que se encontra um pouco mais à frente.

O enquadramento do mosteiro é rural, assente num outeiro no sopé do monte Airó, junto à margem esquerda do rio Cávado. Encontra-se rodeado de habitações, campos de cultivo e matas, pertencentes à antiga cerca do mosteiro.

Nesta freguesia é também de destacar o monumental chafariz do princípio do século XVII, existente no pátio do antigo mosteiro.

Mosteiro de Vilar de Frades

Segundo Frei Leão de São Tomás, o primitivo cenóbio teria sido fundado por São Martinho de Dume, em meados do século VI. A primeira referência ao *monasterio de Villar* data de 1059 e insere-se no vasto conjunto de doações que Fernando I de Leão fez ao mosteiro de Guimarães. Lê-se ainda nesta doação que o dito mosteiro fora de *Cidi Salvadorit*.

Em 1070, D. Godinho Viegas inicia a reedificação do edifício que fora destruído pelas investidas muçulmanas. Nesta época, o mosteiro seguia já a Regra de São Bento. No Censual do Bispo D. Pedro, de finais do século XI, o *monasterio de Vilar* tem como obrigação pagar ao bispo um *jantar*. D. Godinha, herdeira de D. Godinho Viegas, procede à ampliação do cenóbio no início do século XII, dotando-o com bens patrimoniais, nomeadamente em Encourados. Lê-se nesta sua doação, datada de 1104, *ad domum Sancti Salvatoris cuius basilica fundata est in villa vocitata Villar*. Em 1115, o papa Pascoal II confirma à sé de Braga o *cautum de Arenis*.

Na sequência de campanhas arqueológicas levadas a cabo em 1995, foi identificada uma inscrição gravada em silhar de granito, datada do século XII, onde se lê

DIDACVS FECIT

Segundo Mário Barroca, a localização deste silhar ao nível do alicerce na parede sul da atual capela-mor, resultou de um reaproveitamento de materiais provenientes da obra românica e regista apenas um nome, provavelmente o do arquiteto da igreja românica de São Salvador, o que é de grande relevância para o estudo do românico português.

Em 1212, o mosteiro de Vilar de Frades foi coutado por D. Sancho I.

Nas Inquirições de 1220, o abade Pedro Soeiro e os outros inquiridos afirmaram que o rei não detinha qualquer reguengo em Vilar de Frades do couto da Várzea, nem era patrono da igreja. A igreja pagava a coleta ao rei, como lhe era devido, e tinha 10 casais na freguesia. Em 1258, nas Inquirições Gerais ordenadas por D. Afonso III, Clemente Eanes, abade do mosteiro de São Salvador de Vilar de Frades, reitera que o rei não é patrono e que o mosteiro era um couto coutado por D. Sancho I a D. Pedro Salvador e a sua mulher D. Sancha Martins, possuindo as cartas que comprovavam tal afirmação. Afirma, porém, que o mosteiro não paga qualquer coleta ao rei. Em 1270, João Fernandes, cónego de Braga, deixa ao mosteiro de Vilar de Frades dois morabitinos.

Em 1302, D. Beringeira Aires, padroeira de diversos conventos, doou ao bispo do Porto D. Geraldo a jurisdição que detinha sobre o mosteiro de São Salvador de Vilar de Frades, doação incluída numa avultada doação de padroados de igrejas e mosteiros que fizera ao dito prelado.

No Catálogo das igrejas, comendas e mosteiros do Reino, realizado em 1320-1321, o mosteiro de São Salvador



Perspetiva geral da igreja

foi taxado em 200 libras, valor bastante elevado entre as igrejas da Terra de Penafiel e apenas suplantado pelo mosteiro da Várzea taxado em 565 libras. Todavia, a sua situação financeira agravou-se ao longo do século XIV e, encontrando-se despovoado de monges e em grande penúria, o mosteiro foi extinto e convertido em abadia secular. A cerca e a horta estavam convertidas em mato e a igreja servia de abrigo ao gado.

Em 1425, D. Fernando da Guerra, arcebispo de Braga, entrega a abadia à Congregação dos Cónegos Seculares de São João Evangelista, dirigida por Mestre João Vicente, futuro bispo de Lamego e Viseu. Vulgarmente conhecida por Loios, por ter recebido a igreja e colégio de Santo Elói em Lisboa, ou Azuis, pela cor do seu hábito, esta congregação era uma sociedade de presbíteros seculares de vida comum na versão portuguesa do movimento reformista que brotava em diversos locais da Europa cristã. A doação de Vilar de Frades à congregação de São João foi confirmada, em 1427, pelo papa Martinho V e reconfirmada em 1431 por Eugénio IV. Vilar de Frades recebeu inúmeros privilégios e doações, tornando-se a casa mais rica da Congregação dos Loios. Além do mosteiro de São Bento da Várzea, D. Fernando da Guerra anexou a São Salvador de Vilar de Frades diversas igrejas, como as de São João de Areias de Vilar, de Santa Maria de Moure, São Pedro de Adães, entre outras. Quando esta congregação recebeu o privilégio da isenção de jurisdição episcopal desencadearam-se numerosos conflitos com o arcebispado de Braga acerca dos foros e direitos das igrejas anexas ao mosteiro, que se arrastaram entre 1435 e 1447. Assinale-se aqui que o mosteiro de Vilar de Frades e a congregação dos Loios beneficiavam da proteção de D. Afonso V. Em 1480, o reitor de Vilar de Frades toma posse da igreja e couto de Manhente, passando a beneficiar de todas as prerrogativas que lhe estavam inerentes.

De 1468 data a crónica da Congregação dos Cónegos Seculares de São João Evangelista, redigida por Paulo de Portalegre, sacerdote da Casa de São Salvador de Vilar de Frades e que representa um memorial desta congregação, importante fonte histórica para o seu estudo.

Ao longo do século XVI são efetuadas intervenções de fundo na igreja e nas dependências do convento. A fábrica da primitiva igreja românica é então totalmente substituída por outra, dotada de uma nova escala e dando agora resposta à observância dos cónegos de Santo Elói. As obras começam pela cabeceira no século XVI e no século seguinte



Alçado oeste. Torre sul. Portal



Alçado oeste. Torre sul. Portal. Capitel do lado norte



Alçado oeste. Torre sul. Portal. Capitel do lado sul

centram-se na nave com respetiva abóbada, conforme documentou Lúcia Rosas.

Em meados desse século, João de Barros refere-se a este convento como o *insigne convento dos padres de São João que chamão Azuns ou de Sancto Eloi* [...]. *Tera de renda* 2500 *cruzados e muitas igrejas de sua aprezentação. E tem mui sumptuozo templo com torres, officinas,* [...] *onde ha muitos religiosos de boa vida e doctrina*.



Torre sul. Portal. Aduela representando cavaleiro armado de escudo e espada



Torre sul. Portal. Aduelas representando dois homens que se reclinam um sobre o outro e um bispo mitrado com seu báculo e a abençoar

O cronista da Ordem relatava no século XVII que a fachada tinha duas torres ameadas, mas hoje subsiste apenas a do lado norte e com alterações, cujas razões históricas adiante explanaremos. Segundo relata o Pe. Carvalho da Costa, nos inícios do século XVIII, a igreja *he fermoso templo, por haver aqui a melhor pedra desta provincia e nelle grandes reliquias, como he hum retalho do manto de Nossa Senhora, que he de pano azul, outra do Santo Lenho e muitas de Santos, hum singular orgão com charamellas, que nem todos os organistas sabem tanger*.

Em 1758, por ocasião das Memórias Paroquiais, o relator enaltece a igreja *grandioza não do Reino só, mas da Hespanha, he toda de abobeda enlaçada em vários fechos com variedades de flores de pedra polida e lavrada*. Descreve com pormenor o interior do templo destacando os dourados e as pinturas e pormenorizando cada um dos altares. Sobre as estantes do coro afirma estarem colocados livros de *finissimo pergaminho e muito bem emcadernados*. O frontispício da igreja tinha duas torres com seis sinos.

Com a extinção das Ordens Religiosas em 1834, esta congregação foi desmantelada e a igreja, reedificada a partir do século XVI, sofreu consequências significantes ao nível da sua fábrica. Lúcia Rosas fundamenta-se em Teotónio da Fonseca que noticiou em 1948 que por alguma razão a torre sul teve de ser demolida. Tendo-se iniciado a sua reconstrução, a mesma acabou por ficar incompleta com a expulsão dos frades no contexto acima referido. Ainda hoje é percetível o caráter inacabado da torre, mantido como que memorizando este acontecimento. Poucos anos antes, em monografia consagrada ao estudo iconográfico do portal de Vilar de Frades, Aguiar Barreiros confirmara esta hipótese, dizendo que "a que hoje existe tinha de ser substituída por outra em tudo egual á que andava em construção". Além disso, dá-nos conhecimento de que no espaço da primitiva cerca do mosteiro, quer seja nas antigas hortas, quer nas ruínas das estruturas monásticas, se encontravam diversas peças avulsas e esculpidas caracteristicamente românicas, de entre as quais identificam bases e capitéis.

Ora, é precisamente na base desta torre sul que identificamos aquele que parece ser o mais significante testemunho da época românica da igreja de Vilar de Frades, um portal composto por três arquivoltas historiadas e arco envolvente. Todas em arco de volta perfeita, apresenta a arcada mais interna um entrançado enformado por círculos encadeados nas duas faces das aduelas. A seguinte mostra animais afrontados, segundo um esquema que era habitual no cesto de alguns capitéis do eixo Braga-Rates. Nalguns deles identifica-se o tema das figuras fantásticas a tragar uma figura humana na esquina do capitel e que Sousa Oliveira identificou como se tratando de uma variante do



Torre sul. Portal. Aduelas representando bailarina com as mãos apoiadas sobre a cintura e um guerreiro com espada e escudo



Torre sul. Portal. Aduelas representando possível tema dos condenados do Inferno entre aduelas com o tema do dragão cuspindo fogo

tema psicomáquico de «Daniel» na representação de uma figura abraçada a duas aves, que lhe segredam ao ouvido.

Segue-se uma arcada, já assente sobre os pés direitos do muro, com motivos figurados em cada uma das aduelas e que alguns autores acreditam conter uma narrativa intencional, apesar do caráter isolado dos temas representados. Assim, as figuras desenvolvem-se no sentido periférico do arco, ou seja, são representadas de forma longitudinal relativamente às aduelas. Plasticamente são mais planas que modeladas e inscrevem-se sobre campo liso. Lendo da esquerda para a direita do observador, identifica-se: dois homens que se reclinam um sobre o outro, um bispo mitrado com seu báculo e a abençoar, um cavaleiro armado de escudo e espada, uma bailarina com as mãos apoiadas sobre a cintura e um guerreiro com espada e escudo. Segue-se uma aduela com dragão a cuspir fogo, cujo motivo se repete, simetricamente, do outro lado da chave do arco. Esta representa, para Ferreira de Almeida, o tema dos cinco condenados no Inferno. As cinco figuras, de meio corpo, têm diante delas duas serpentes enlaçadas, e ferrando-se mutuamente, e que as figuras humanas seguram com as mãos. Nas aduelas à direita da chave da arquivolta, depois da representação do dragão, segue-se uma mulher com um menino enfaixado ao colo, um outro cavaleiro armado de escudo e lança, um jogral, uma nova bailadeira com as mãos sobre os quadris e uma sereia com cauda de peixe. O caráter particular das temáticas representadas e a sua organização suscitaram várias leituras iconográficas que foram propostas por autores como Aguiar Barreiros ou Luís de Oliveira Ramos, que não cabe aqui problematizar.

No arco envolvente, exterior, vemos sequências de contas e um motivo encordoado criando ziguezagues no extradorso. Nas impostas identificamos temas caracteristicamente românicos como o dos corações invertidos de origem bracarense ou o motivo enxaquetado.



Torre sul. Portal. Aduelas representando jogral e uma nova bailadeira com as mãos sobre os quadris

Os capitéis denunciam a qualidade do estaleiro que os produziu. O seu desgaste acusa a sua originalidade e, ao mesmo tempo, dificulta a identificação de alguns dos motivos figurados, como acontece no capitel interno do lado esquerdo do observador. Junto deste vemos aves a tragar uma figura humana no ângulo do capitel e, confrontantes, num outro capitel, animais tragam-se entre si, por fim, vemos serpentes entrelaçadas. A escultura, túrgida, adapta-se bem ao quadro. As colunas sobre que assentam as arquivoltas internas mostram fuste liso. Manuel de Aguiar Barreiros defendeu que este portal terá tido tímpano, tendo proposto que o mesmo convocaria o tema do Cristo em Majestade, rodeado de Tetramorfo, no contexto da sua proposta de leitura iconográfica para o conjunto. Se este tímpano chegou a existir, dele não temos notícia. Contudo, atente-se à presença de uma arquivolta lisa no interior do conjunto, assente sobre pés direitos e que, enquadrando atualmente uma porta, mais não serve que para cumprir uma solução estrutural de sustentação do conjunto que acabamos de descrever.

A janela superior compõe-se de duas arquivoltas de volta perfeita, assentando a exterior sobre colunelos cujos capitéis ostentam aves a tragar uma figura humana de um lado e um homem acocorado, do outro. As impostas repetem o arranjo do portal com uma composição de motivos historiados e enxaquetados. As arquivoltas são ornadas em ambas as faces das aduelas e, pela forma como conjugam temas parecem resultar de um arranjo posterior. Assim, na primeira arquivolta vemos um friso enxaquetado composto como se de um toro diédrico se tratasse, arranjo pouco comum ao românico. Na face externa das aduelas vemos motivos lanceolados. Esta arquivolta assenta sobre as impostas e estas sobre pé direito. A arquivolta externa mostra quadrúpedes na face da aduela, um para cada uma e o motivo dos enxaquetados na face interna. Um toro diédrico delimita os temas e remata o conjunto.

Entre a janela e o portal correm dois frisos de temática caracteristicamente românica. Servindo de parapeito da janela, um encordoado desenhando ziguezagues, motivo semelhante ao extradorso do arco envolvente do portal. A meio nível entre a janela e o portal um friso com o motivo dos enxaquetados.

O portal de Vilar de Frades tem vindo a ser propagandeado como o mais historiado do nosso românico. De facto, devemos notar que, particularmente na sua segunda arquivolta, são evidentes as afinidades com a sé de Braga ou com São Pedro de Rates (Póvoa de Varzim), não só ao nível da forma como as imagens se distribuem no quadro das aduelas, mas também pela temática adotada. Contudo, o carácter revivalista da terceira arquivolta tem sido assumido por vários autores, de que destacamos Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Lúcia Rosas. Segundo esta autora, as três arquivoltas e o arco envolvente, presentes na torre que ficou por concluir, deverão corresponder a um arranjo feito antes de 1834, que utilizou elementos românicos remanescentes. Aos elementos recuperados, juntaram-se outros por então fabricados, naquilo que designa de "sabor de gosto etnográfico". Da época românica serão, assim, as duas arquivoltas internas, o arco envolvente e as peças que enformam as impostas. Poderão, inclusive, ser originários do portal primitivo, até porque a forma como os temas são tratados são próprios do período românico. Atendendo à adoção de modelos característicos da região de Braga e que se disseminaram a partir da fábrica do seu portal principal, vários autores apontam que a conceção do primitivo portal da igreja de Vilar de Frades tivesse sido realizado entre meados do século XII e os inícios do século XIII. Cedo Aarão de Lacerda notou o caráter particular da forma como a figuração da terceira arquivolta se ajusta às aduelas. Nesta arquivolta historiada, as figuras foram, para este autor, "sumàriamente cinzeladas, mas, no seu arcaismo, realizam o seu objectivo, narram alguma coisa e adornam". Desconhecendo o caráter revivalista deste portal, anos antes, Joaquim de Vasconcelos notou que "apesar da aspereza do material (granito) as figuras revelam expressão individual, movimentos variados e característicos". Já instruída por um outro olhar, Lúcia Rosas explica bem a dissonância plástica entre o arranjo desta arquivolta e as restantes. Apesar de confirmar a possibilidade de se terem aproveitado algumas aduelas originais, diz a autora que "a forma de trabalhar a pedra de alguns exemplares, como a mulher que tem as mãos na cintura, a mulher que tem o filho nos braços, a bailadeira, o cavaleiro e respectivo cavalo figurado do lado esquerdo, o guerreiro, e a correspondente inserção das figuras no campo escultórico parecem afastar-se do que habitualmente vemos na figuração românica portuguesa". Esta tendeu a aproveitar as arestas das aduelas para esculpir as figuras, tratando-as ao modo de capitéis. A autora chama-nos a atenção para o campo vazio sobre que são esculpidas as figuras, logo, para a ausência de um recorte que as ambiente e que necessariamente teria de ter sido esculpido primeiro que estas. Aqui esta ausência de recorte é superada pela sugestão de um ressalto a delimitar as figuras. Além disso, e para a mesma autora, juntam-se neste portal diversas figuras de caráter profano. Tal não era recorrente na época românica onde os temas desta natureza surgem, geralmente, ao nível dos cachorros. Carlos Alberto Ferreira de Almeida relevou ainda outros aspetos. A bailarina aldeã surge com traje característico do século XIX, reconhecendo, portanto, a sua feitura no século XIX.



Torre sul. Janelão superior

Torre sul. Janelão superior. Capitel do lado norte



Torre sul. Janelão superior. Capitel do lado sul





Interior. Perspetiva da nave e abside a partir do lado ocidental

Além do insólito dos temas, reconhece já em 1986 a modernidade da patine das pedras, a falta de erosão e também a sua qualidade, bem semelhante à utilizada nos restantes trabalhos, então feitos, para se completar o portal. Por esta razão, em publicação mais recente, quando o mesmo autor aborda a temática da escultura românica não considera já o portal historiado de Vilar de Frades como românico, resultando antes a sua escultura narrativa de restauros que considera "abusivos e inventivos do século XIX".

Atendendo ao seu posicionamento, também a janela superior deverá resultar de um arranjo realizado na mesma ocasião, aspeto denunciado ainda hoje pela diferença de tonalidade das aduelas. Apesar da autenticidade que reconhece a alguns dos seus elementos, Carlos Alberto Ferreira de Almeida propôs que as peças que a compõem sejam provenientes de um portal, de menores dimensões que o principal que se terá recriado na base da torre sul. Contudo, a conjugação de diferentes motivos nas faces internas e externas das aduelas levam-nos a questionar se estas não serão também resultantes do espírito revivalista do século XIX que reconheceu os motivos caracteristicamente românicos, mas tratou-os de uma forma pouco comum ao período.

O conjunto foi classificado como Monumento Nacional em 1910. Recentemente, o mosteiro de Vilar de Frades foi alvo de um conjunto de pequenas intervenções de reabilitação que, dando resposta ao desígnio de tornar funcional o complexo monástico através da sua ocupação, foram assim criadas salas de exposição temporárias e permanentes, bem como outros espaços de acolhimento.

Texto: MLB/JL - Fotos: MLB

Bibliografia

AA.VV., 2020; Almeida, C.A.F., 1986b, pp. 71-72 e 154-155; Almeida, C.A.F., 2001, pp. 100 e 159; Barroca, M.J., 2017a, Insc. n.º 242 (do Século XII); Barreiros, M.A., 1919; Barros, J., 2019, pp. 201-202; Boissellier, S., 2012, p. 136; Censual do Cabido da Sé do Porto, 1924, p. 332; Costa, A.C., 1706-12, I, pp. 316-317; Costa, A.J., 1997-2000, II, pp. 91-92, 326, 330, 444 e 485-486; DHRP, 2000-01, III, pp. 149-157 *sv.* "Lóios" (Pedro Vilas Boas Tavares); GEPB, 1935-60, XXXV, pp. 801-809; Lacerda, A., 1929, p. 679; LMumadona 45(72)= VIII(216); Marques, J., 1988, pp. 632, 655-657 e 851-889; Mem. Paroq. 1758 (2003), pp. 76-77; Oliveira, A.S., 1966, p. 662; Património cultural; Pmh, Inq., pp. 35, 115, 188, 234 (de 1220) e 1437 (de 1258); Ramos, L.A.O., 1964, pp. 298-311; Rosas, L.M.C., 1995, II, pp. 396-405; São Tomás, L., 1644-51, I, pp. 402-406; SIPA; Sousa, B.V., 2016, pp. 243-244; Test. Ecc. Port., doc. n.º 1.30 (de 1270, agosto, 23), p. 121; Vinhas, J.A., 1998, pp. 5-42.